

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000801-88.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **Pedro Cobra Neto**
 Requerido: **Belv Comércio de Veículos S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos****Vistos.**

Pedro Cobra Neto ajuizou ação declaratória de rescisão de negócio jurídico com pedido de indenização por danos materiais e morais contra **BMW do Brasil Ltda** e **BCLV Comércio de Veículos S/A** alegando, em síntese, ter adquirido junto à segunda ré, no dia 13 de agosto de 2015, uma motocicleta *BMW R 1200 GS Adventure* pelo valor de R\$ 75.000,00, além de acessórios pelo valor de R\$ 5.900,00, tendo efetuado o pagamento da diferença do valor do seguro e despesas com despachante. Seguindo as instruções da fabricante, após ter efetuado a primeira revisão no valor de R\$ 1.000,00, empreendeu sua primeira viagem com o veículo quando constatou que a "borracha que faz cobertura no diferencial" estava danificada. Após longa discussão com a primeira ré (fabricante) a motocicleta foi consertada. Em uma segunda viagem realizada percebeu um barulho estranho no motor e, em contato com a segunda ré, por recomendação do chefe da oficina cessou imediatamente a utilização do produto. Então, o veículo foi removido para a oficina da segunda ré, sendo-lhe informado que havia comprometimento no comando de válvulas, o que demandaria a substituição de peças inexistentes para pronta entrega, pois era necessária a importação da Alemanha. Insatisfeito, o autor disse ter entrado em contato com a primeira ré por meio do SAC solicitando que lhe fosse fornecido uma outra motocicleta até que os reparos fossem concluídos, mas não foi atendido. Então, após decorridos trinta dias sem a conclusão dos reparos, o autor comunicou a segunda ré que não teria mais interesse em permanecer com o bem, em razão dos defeitos de fábrica apresentados. Aduziu que as rés confessaram ter disponibilizado o bem apenas após 60 dias da entrada na oficina para o saneamento dos vícios apresentado e deram ensejo à aplicação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do artigo 18, § 1º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor. Por isso, ajuizou a presente demanda para que seja rescindido o negócio, condenando-se as rés a indenizá-lo pelo valor do produto adquirido e as despesas mencionadas na inicial, além de indenização por danos morais. Juntou documentos.

As rés foram citadas e contestaram o pedido.

BCLV Comércio de Veículos Ltda alegou, em preliminar, carência de ação, pois o autor foi informado expressamente da possibilidade de que eventuais reparos superassem o prazo de 30 dias, em razão de se tratar de veículo importado, com o que ele expressamente concordou. Esta aquiescência se deu na forma do artigo 18, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor e o autor não pode omiti-la. No mérito, alegou a existência de excludente de responsabilidade porque o veículo foi reparado em prazo razoável, compatível com suas peculiaridades, pela necessidade de importação das peças necessárias da Alemanha. Disse que o pedido da peça necessária para conserto foi solicitada à BMW em 05.11.2015 e recebida em 04.01.2016. Ainda, insurgiu-se contra o pedido de indenização por danos morais e postulou a decretação de improcedência do pedido. Juntou documentos.

A BMW do Brasil Ltda impugnou, inicialmente, o valor dado à causa. Alegou que o problema indicado pelo autor não se trata de defeito de fabricação, mas apenas de meros ajustes diferentes e sem relação entre si, de modo que a motocicleta se encontra em perfeitas condições de uso e foi devidamente reparado dentro do prazo razoável de 61 dias, estando disponível para retirada desde 04.01.2016. Afirmou que não praticou nenhum ato ilícito, pois empregou peças originais para o reparo do problema na motocicleta adquirida pelo autor. Argumentou que o Código de Defesa do Consumidor permite que o prazo para reparos seja dilatado em até 180 dias, circunstância pactuada com o autor, que expressamente concordou com a extensão de referido prazo, vedando-se a ele o comportamento contraditório. Aduziu que não há prova da presença de vícios do produto que o torne impróprio ao uso a que se destina, motivo pelo qual não podem ser aplicadas as consequências do artigo 18, do Código de Defesa do Consumidor. Discorreu sobre a ausência de danos materiais ou morais indenizáveis, pugnando pela improcedência do pedido. Juntou documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor apresentou réplica.

O feito foi saneado, deferindo-se a produção de prova pericial, cujo laudo foi apresentado aos autos. A instrução processual foi encerrada e as partes apresentaram suas alegações finais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido é improcedente.

Com efeito, após a instrução processual tem-se as seguintes conclusões: a) o autor adquiriu o veículo mencionado na inicial (uma motocicleta *BMW R 1200 GS Adventure*) fabricado pela primeira ré, junto à concessionária mantida pela segunda ré no dia 13.08.2015; b) houve o apontamento de um primeiro problema em 15.09.2015 relacionado ao vazamento de óleo, sanado dentro do prazo de 30 dias conforme narrado na petição inicial; c) o autor constatou um novo problema na motocicleta, agora relacionado a um barulho no motor e, em 04.11.2015, ela foi conduzida à oficina da segunda ré para reparos; d) a partir desta data, uma vez que na ótica do autor havia sido desrespeitado o prazo de 30 dias previsto no Código de Defesa do Consumidor para que fosse sanado o vício reclamado, este pleiteou a aplicação da consequência prevista no artigo 18, § 1º, inciso II, deste diploma legal.

Em resumo, são estes os fatos que ensejaram o ajuizamento desta demanda, sendo fundamental para o deslinde da controvérsia verificar se houve desrespeito ao prazo legal para que o vício apontado pelo consumidor fosse sanado, pois este é o fundamento arguido para a rescisão do negócio jurídico e dos pedidos de indenização por danos materiais e morais deduzidos na petição inicial. Adiante-se que o laudo pericial concluiu que a motocicleta foi reparada, não apresenta problemas em seu funcionamento, inexistindo comprometimento da qualidade do produto ou diminuição substancial em seu valor (fls. 289/292).

Cumpre assinalar que, no caso concreto, não estava aberta ao autor a oportunidade de postular a rescisão do negócio e as consequências pela ausência de saneamento do vício reclamado no prazo de 30 dias. Isso porque, está bem claro que as partes convencionaram a ampliação do prazo previsto no artigo 18, § 1º, do Código de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Defesa do Consumidor, conforme autorização expressa do § 2º, do mesmo diploma legal, de seguinte redação: *Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionalizada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.* Isto fica bem claro pela exame do documento juntado pela ré (fl. 130).

Não pode o autor alegar desconhecimento desta convenção. Ele é médico, logo possui instrução de nível superior e adquiriu produto de elevado valor, de modo que não pode argumentar a falta de esclarecimento sobre esta especial convenção celebrada com a fornecedora, apta a se traduzir em direito dela em face do consumidor, no sentido de ter a oportunidade de evitar a rescisão do negócio com o saneamento do vício no prazo convencionalizado até o limite de 180 dias. Este prazo foi respeitado, pois a motocicleta foi entregue para reparos na oficina da concessionária no dia 04.11.2015 e posta à disponibilidade do autor, já consertada, no dia 04.01.2016 ou, no máximo, no dia 13.01.2016 (fl. 301), respeitando-se, de qualquer forma, o prazo limite ajustado entre as partes.

Não socorre o autor a alegação de que a ordem de serviço onde estabelecido este prazo foi encaminhada a ele de má-fé pela fornecedora no dia 27.11.2015 para que a assinasse. O encaminhamento da ordem de serviço via *e-mail* nesta data (fl. 246) visou corrigir uma irregularidade (ausência de assinatura do autor, pois o veículo foi levado à concessionária por um guincho). Ademais, não houve alteração da data de entrada do veículo na oficina (o que poderia indicar eventual intenção de beneficiar a fornecedora), a qual permaneceu a mesma.

Em referido impresso constam as informações essenciais a respeito do serviço solicitado (identificação da motocicleta, do consumidor reclamante, do problema apontado, estimativa de preço do trabalho a ser realizado). Adicionalmente constam apenas mais duas informações: 1) autorização para execução do serviço, ressalvados os que forem excluídos pelo consumidor; 2) informação a respeito da possibilidade de ampliação do prazo de 30 dias para conclusão dos reparos necessários, limitado ao máximo de 180 dias, na forma do artigo 18, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Por isso, sua


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

simplicidade de entendimento permitiria ao consumidor compreender de forma satisfatória o que estava ocorrendo. Para o autor, com mais razão, em virtude de suas características pessoais já mencionadas, pois não é crível que ele não tenha tido ciência deste fato, a não ser que tenha ignorado os termos do documento. Porém, esta circunstância não pode ser oposta às fornecedoras.

Então, não se vislumbra violação ao direito do consumidor de ser informado e a argumentação a respeito da natureza de contrato de adesão falecem diante da redação do próprio artigo 18, § 2º, já referido, pois ele exige que a convenção da cláusula dilatória do prazo para saneamento dos vícios seja feita em separado e por meio de manifestação expressa do consumidor, o que foi respeitado no caso dos autos, conforme já afirmado. Por isso, não se pode tê-la como inválida.

Ainda, não se pode desconhecer que se trata de veículo importado, o qual exige, para substituição das peças em caso de vício ou algum outro problema, prazo razoável de tempo para que as fornecedoras envolvidas possam devolvê-lo ao consumidor com o devido reparo. No caso concreto, tem-se que entre a entrada do veículo na oficina e sua disponibilização ao consumidor, passaram-se cerca de 62 dias, concluindo-se que este período, além de expressamente convencionado com o autor, é compatível com a natureza do produto adquirido. O próprio laudo pericial concluiu que a peça onde constatado o problema era de raríssima substituição, o que explica certo lapso de tempo para sua importação por parte das fornecedoras.

Em casos análogos, já se decidiu que:

APELAÇÕES CÍVEIS – Interposições contra sentença que julgou parcialmente procedente a ação de rescisão de contrato de compra e venda de veículos e de contrato de financiamento. Veículo zero quilômetro que apresentou problemas, durante a garantia de fábrica, notadamente quanto ao modulo de comando. Peça importada pela ré, sendo o problema solucionado em prazo razoável. Autor que se negou a retirar o veículo, sem qualquer justificativa plausível. Danos materiais e morais afastados. Ação improcedente. Sentença reformada. (TJSP; Apelação 1009610-29.2015.8.26.0590; Rel. Des. **Mario A. Silveira**; Órgão Julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Vicente; j. 06/02/2017).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

APELAÇÃO. CONSUMIDOR. VÍCIO DO PRODUTO. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO ZERO-KILÔMETRO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE PROBLEMAS NO CÂMBIO. SOLICITAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DO ITEM AUTOMOTIVO NO PERÍODO DE GARANTIA APROVADO PELA MONTADORA-RÉ. PRAZO DE REPARAÇÃO PREVISTO NO ART. 18, § 1º, I, DO CDC ULTRAPASSADO, POIS, NO CASO, A PEÇA FOI ENTREGUE NA OFICINA MECÂNICA APENAS NO 33º (TRIGÉSIMO TERCEIRO) DIA. TERMO RAZOÁVEL QUE NÃO TEVE O CONDÃO DE VIOLAR A NORMA CONSUMERISTA. RESCISÃO DO CONTRATO E RESTITUIÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO NESSA PARTE IMPROVIDO. Não há que se falar em violação do prazo de 30 (trinta) dias, previsto no § 1º, do art. 30 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), para sanção do problema. Vigora, na hipótese, causa alheia à atividade de produção das peças automotivas que não estavam à disposição da montadora para troca imediata. Entretanto, a fabricante-ré, atendeu ao pedido da autora no 33º (trigésimo terceiro) dia, quando entregou o item que deveria ser substituído no concessionário autorizado cumprindo, assim, com a determinação de efetuar reparos integrais no veículo defeituoso. (TJSP; Apelação 0043907-08.2012.8.26.0001; Rel. Des. Adilson de Araujo; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional I – Santana; j. 24/02/2015).

Em consequência, inviabilizando-se a rescisão do negócio com a restituição da quantia pago pelo autor pelo respeito ao prazo de saneamento do vício apontado, não há que se falar em perdas e danos ou indenização por danos morais, em razão da ausência de ato ilícito das rés.

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, na proporção de metade para cada ré, nos termos e de acordo com os critérios do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Expeça-se mandado de levantamento em favor do perito do depósito de fl. 271, para pagamento de seus honorários periciais.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 27 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**